

7ª DELIBERAÇÃO DA SECÇÃO PERMANENTE DO SEGREDO ESTATÍSTICO**AUTORIZAÇÃO DE LIBERTAÇÃO DO SEGREDO ESTATÍSTICO DE DADOS ESTATÍSTICOS CONFIDENCIAIS****SOLICITADOS PELO GABINETE DE ESTRATÉGIA E ESTUDOS DO****MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO**

Tendo em consideração a solicitação do Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE), relativa a:

Comércio Internacional

- Base de dados mensal do Comércio internacional português (dados declarados), não acumulados (de Janeiro ao mês em causa), sem o tratamento da confidencialidade, relativos às entradas e saídas de mercadorias segundo os códigos da Nomenclatura Combinada (NC) a oito dígitos, por países de origem e destino, ficheiros SSBC 1891 e SSBC 1891-MT em CDrom.

Considerando:

- A natureza confidencial de parte da informação solicitada, nos termos do número 2 do artigo 6º da Lei 22/2008 de 13 de Maio;
- Que a informação solicitada se destina à realização de estudos e tratamento de informação que permitam o acompanhamento da economia nacional, sectorial e regional, bem como sínteses estatísticas que perspectivem a sua evolução no curto e médio prazo, além da fundamentação de processos anti-dumping e outros processos de defesa de interesses comerciais portugueses, sobretudo no âmbito comunitário, da responsabilidade do MEID, contribuindo assim para averiguar o impacto das políticas públicas sobre a exportação e dessa forma auxiliar à definição das mesmas, pelo que a solicitação se enquadra nas excepções previstas no número 6 do artigo 6º da Lei 22/2008 de 13 de Maio – *planeamento e coordenação económica* – as quais permitem ao Conselho Superior de Estatística autorizar a libertação de dados sujeitos a Segredo Estatístico;
- A cooperação entre as entidades do Sistema Estatístico Nacional (SEN) produtoras de informação estatística e a entidade à qual são fornecidos os dados, nomeadamente quanto aos limites de utilização da informação estatística de base, a qual será utilizada exclusivamente para estudos internos e não para divulgação, dado que para esse efeito o Instituto Nacional de Estatística preparará informação com tratamento do segredo estatístico para envio ao GEE;

- A importância de salvaguardar a segurança e confidencialidade do tratamento da informação estatística devendo o GEE pôr em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger a informação estatística solicitada contra a destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado de forma a garantir total observância do princípio do segredo estatístico e preservando assim a confiança no Sistema Estatístico Nacional;
- A legislação orgânica e de funcionamento do GEE (Decreto-Regulamentar 55/2007 de 27 de Abril e Portaria nº 532/2007 de 30 de Abril) que permitem concluir que a entidade não prossegue atribuições e competências que colidam directa ou indirectamente com a aplicação do princípio do segredo estatístico;
- As competências do Conselho Superior de Estatística (CSE), nos termos da Lei nº 22/2008, de 13 de Maio, para zelar pelo cumprimento do segredo estatístico junto das entidades solicitantes de informação confidencial, podendo realizar auditorias e outras acções de fiscalização do cumprimento das suas deliberações, delegadas na Secção Permanente do Segredo Estatístico (SPSE) de acordo com o anexo A da 2ª/2008 Deliberação do Plenário;
- O estipulado no artigo 6º da Lei nº 22/2008, de 13 de Maio, que se refere ao princípio do segredo estatístico em geral e estabelece, em particular, as excepções admissíveis a este, designadamente as finalidades a que tem de destinar-se a informação libertada e os limites da sua utilização;
- A possibilidade de ser utilizado o Procedimento escrito, previsto no artigo 24º do Regulamento Interno do Conselho Superior de Estatística, para análise de pedidos anuais idênticos, diferindo apenas nos anos da informação disponibilizada, desde que não se verifiquem alterações nas atribuições e competências da entidade solicitante.

A Secção Permanente do Segredo Estatístico, considerando as suas competências legais e regulamentares, na reunião de 29 de Junho de 2010, **delibera**:

- A) Autorizar o Instituto Nacional de Estatística, IP a fornecer ao Gabinete de Estratégia e Estudos, do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento os dados estatísticos referidos no primeiro parágrafo;
- B) Doravante, o pedido do GEE será feito anualmente ao INE, com conhecimento do CSE, sendo ao mesmo, caso se verifique completa identidade face ao presente pedido, dada sequência por Procedimento escrito nos termos do Regulamento Interno do CSE e da 2ª Deliberação da SPSE.
- C) O GEE deve assinar a Declaração de sigilo em anexo, comprometendo-se a:
 - 1. Guardar absoluto sigilo em relação aos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, relativos a informação estatística confidencial sobre Comércio Internacional usando-os exclusivamente para os fins mencionados no segundo considerando;

2. Utilizar a informação exclusivamente para efeitos de análise interna, sem prejuízo da aplicabilidade do artigo 6º da Lei 22/2008 de 13 de Maio, não procedendo à sua divulgação de forma directa pois para efeitos de divulgação de indicadores sobre as estatísticas do Comércio Internacional deverá o GEE utilizar a base de dados com o tratamento do segredo que lhe será fornecida pelo INE;
3. Eliminar a informação estatística cedida, após utilização, até final do ano de 2011, de forma que garanta a impossibilidade de quaisquer acessos futuros por terceiros.

Lisboa, 29 de Junho de 2010

O Presidente da Secção, Vasco Rodrigo Duarte de Almeida

A Secretária do CSE, Maria da Graça Fernandes Caeiro Bento